

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF

PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS E
TRAVESTIS EM PROGRAMAS TELEVISIVOS POLICIAIS**

Isadora Cavalcanti Moreira

Petrolina, PE

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃFRANCISCO – UNIVASF

PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS E
TRAVESTIS EM PROGRAMAS TELEVISIVOS POLICIAIS**

Dissertação de Mestrado
apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em
Psicologia como requisito
parcial para o título de
mestrado, orientado pelo
Professor Doutor Daniel
Henrique Pereira Espíndula.

Isadora Cavalcanti Moreira

Petrolina, PE

2022

M838r Moreira, Isadora Cavalcanti
Representações Sociais de Violência contra pessoas trans e travestis em programas televisivos policiais/ Isadora Cavalcanti Moreira. - Petrolina, 2022.
ix, 67 f; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina-PE, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Henrique Pereira Espíndula.

Incluiu referências.

1. Representações sociais. 2. Pessoa Transexual. 3. Travesti. I. Título. II. Espíndula, Daniel Henrique Pereira. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 301.1

AGRADECIMENTOS

A Deus por me abençoar e proteger nessa jornada, me permitindo realizar mais esse sonho.

Aos meus pais, que sempre me estimularam a sonhar e me deram as possibilidades de viver e correr atrás dos meus sonhos. De forma mais específica, ao meu pai, que ao longo da minha infância me deu vários pinceis de quadro branco por ser professor e de forma inconsciente me estimulou a ser professora. E a minha mãe, quem me despertou o interesse pela psicologia, por ser psicóloga, sendo sempre exemplo de força, coragem, intelectualidade, e também abrigo, me apoiando em todas as etapas da pesquisa.

A todos os professores que me inspiraram e estimularam a ser pesquisadora, para assim, também ser professora, desde a escola até os dias de hoje.

Ao meu orientador professor doutor Daniel Espíndula que me ensinou tanto, sobre pesquisa, psicologia e sobre a vida, sendo um dos exemplos de profissional que eu vou me espelhar para dar os próximos passos. Obrigada por toda paciência, instrução, correção e inspiração.

Representações sociais de violência contra pessoas trans e travestis em programas televisivos policiais

Isadora Cavalcanti Moreira

RESUMO

O estudo buscou compreender as representações sociais de gênero contra pessoas trans e travestis via programas e reportagens de televisão, tomando como enfoque os programas Brasil Urgente – Rede Bandeirantes de Televisão e o programa Cidade Alerta- Rede Record. A importância identificada para início desse estudo foi a inviabilização das pessoas trans e travestis quando são vítimas de violência e como apesar da publicização através dos programas televisivos, não ocorre uma mudança para maior proteção estatal. Assim, o estudo teve como objetivos específicos compreender como se dão os processos de objetivação e ancoragem das representações sociais de violência de gênero contra pessoas trans e travestis e verificar as tomadas de posição internas para a população trans por parte dos programas analisados. Para essas compreensões foi necessário fazer diferenciações entre sexo biológico, sexualidade e gênero, sendo também identificada uma confusão entre os termos travesti e trans, bem como diferenciação em suas vivências. Como referencial teórico foi utilizada a teoria das Representações Sociais, para compreensão de identidade de gênero e assim, a violência de gênero. A pesquisa apresentada se configura como qualitativa, uma vez que debruçou sobre o universo dos significados, crenças e valores que atravessam as relações sociais e subjetividades dos indivíduos, sendo uma pesquisa documental com reportagens de programas televisivos e se insere numa perspectiva descritiva. A análise de dados ocorreu tendo como base 53 reportagens que foram transcritas na íntegra. Foram identificadas significações de violência que constituem marcações identitárias que demonstram que intervenções para a redução de violências e assassinatos de travestis e pessoas trans são urgentes, e envolvem o desenvolvimento de leis e políticas públicas bem como suas aplicações de forma efetiva. Esperamos com esse estudo dar visibilidade as vulnerabilidades a fim de buscar garantias de mais direitos e efetividade na sua aplicação.

Palavras-Chave: Violência. Trans. Pessoa transexual. Travesti. Programas televisivos. Representações Sociais.

Social representations of violence against trans people and transvestites in police television programs

Isadora Cavalcanti Moreira

Abstract

The study sought to understand the social representations of gender against trans and transvestites through television programs and reports, focusing on the programs Brasil Urgente – Rede Bandeirantes de Televisão and the program Cidade Alerta- Rede Record. The importance identified for the beginning of this study was the unfeasibility of trans people and transvestites when they are victims of violence and as despite the publicity through television programs, there is no change to greater state protection. Thus, the study had as specific objectives to understand how the representations of gender violence against trans and transvestites take place and to verify the internal positions taken for the trans population by the analyzed programs. For these understandings, it was necessary to differentiate between biological sex, sexuality and gender, and a confusion between the terms transvestite and trans was also identified, as well as differentiation in their experiences. As a theoretical referential, was used the Social Representations, for understanding gender identity and thus, gender violence. The research presented is qualitative, since it leaned over on the universe of meanings, beliefs and values that cross the social relations and subjectivities of individuals, being a documentary research with reports from television programs and insert in a descriptive perspective. Data analysis took place based on 54 reports that were transcribed in full. Meanings of violence were identified that constitute identity markings that demonstrate that interventions to reduce violence and murders of transvestites and trans people are urgent, and involve the development of laws and public policies as well as their effective application. We hope with this study to give visibility to vulnerabilities in order to seek guarantees of more rights and effectiveness in their application.

Key words: Violence. Trans. Transgender person. Transvestite Television programs. Social Representations.

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	06
1.1 Referencial Teórico.....	09
2.1 Conceito trans.....	09
2.2 A construção do conceito/contexto de travestis.....	10
3. Violência contra trans e travesti.....	20
4. A Teoria das Representações Sociais.....	26
5. Justificativa.....	29
6. Objetivos.....	31
7. Método.....	32
8. Resultados.....	34
9. Discussão.....	46
10. Considerações Finais.....	55
11. Referências.....	60

1. Apresentação

Sou advogada, mas antes de sonhar em escolher a profissão já sonhava em ser docente, por possuir grande admiração pela profissão e sempre gostar da ideia de compartilhar conhecimento. Assim, escolhi cursar Direito, tendo como ideia principal defender direitos dos grupos minoritários, tendo sido influenciada por meu pai, advogado e por minha mãe, psicóloga.

Logo que ingressei no curso de Direito tive a oportunidade de participar de um projeto de extensão sobre a psicopatia e a tratativa penal, o que resultou em um capítulo de livro. Foi durante a execução do projeto que percebi a interlocução entre os dois campos do saber, Direito e Psicologia para interlocução dos conflitos.

Durante a disciplina de Direito Penal, a temática do “feminicídio” foi um ponto que despertou a atenção, pois há um agravante do delito de homicídio em que a razão principal é praticar o homicídio contra a mulher, em decorrência do fato de ela ser mulher. No entanto, um diferencial é que tal qualificadora não se aplicaria à mulher trans. Tal fato despertou o interesse por esse grupo silenciado e posto à margem da aplicação da discussão de gênero. O resultado dessa inquietação gerou meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC versando sobre a temática da “Transexualidade”, tomando por base a Teoria das Representações Sociais como ferramenta teórica de análise.

Finalizada a graduação, busquei aperfeiçoar e enveredar pela temática da transexualidade a partir do olhar teórico metodológico da Psicologia. A busca por este campo e saber ocorreu em face da temática não ter sido bem recebida pelos colegas de profissão, familiares juristas e no ambiente acadêmico do campo jurídico, ao afirmarem que o tema não era objeto de estudo do Direito. O suporte encontrado para seguir adiante veio de minha mãe, psicóloga de formação e defensora da causa dos direitos humanos,

que me abriu as portas e apresentou o modo como a ciência psicológica poderia me ajudar a seguir meus estudos e pesquisas.

Um dos principais motivos que me estimularam a continuar investigando a temática foram os conhecimentos trocados durante a realização das entrevistas para o TCC, com o contato com pessoas que eram vítimas de diversas discriminações e não tinham acesso e efetivação de direitos, assim, vi a necessidade de apoio e suporte aos grupos minoritários, marginalizados e excluídos socialmente. Inicialmente a proposta de estudo da dissertação iria versar sobre pessoas trans, em razão do enfoque atual que o tema está tendo, como por exemplo, as discussões que aconteceram na internet sobre o Tammy (homem trans) ser homenageado no dia dos pais pela Natura (agosto/2020), e os pedidos de boicote do pastor Silas Malafaia, em que se entra na discussão de quem é pai, quem exerce o papel de pai e todos os pais que são ausentes, além de, ficar esquecido todas as mulheres que dependem das vendas de produtos da Natura para manter financeiramente suas famílias. Outro caso que teve destaque da mídia foi o da mulher trans em situação de abandono que foi entrevistada pelo doutor Drauzio Varella (março/2020), em que ficou evidenciado o preconceito, abandono e violência que ainda existe por parte da sociedade.

Porém, mesmo tendo surgido inicialmente nas reuniões de orientação a ideia de direcionar o estudo de campo para este grupo, não foi possível permanecer com esse tema em razão da pandemia. Diante desse cenário houve a modificação do direcionamento da pesquisa, ainda tendo como foco o acesso a direitos das comunidades trans, mas agora sendo analisada na perspectiva jornalística, como nas notícias são passadas e como o grupo transexual ainda é vulnerável à violência.

Deste modo o presente estudo propôs aumentar a compreensão sobre o fenômeno das violências contra as pessoas trans a partir de reportagens de programas televisivos

que tem como cargo chefe a temática da violência, tomando como enfoque para análise a Teoria das Representações Sociais.

2. Referencial teórico / construção de conceitos

2.1 Conceito Trans

Como explanado ao longo do trabalho, o objetivo inicial da pesquisa era trabalhar apenas com o grupo de pessoas transexuais, no sentido estrito de pessoa trans, mas como no levantamento de dados que foi a transcrição das reportagens foi identificada a confusão dos conceitos, o trabalho expandiu a área de pesquisa para pessoas trans e travestis, amplas inseridas no contexto amplo de trans, ou seja, aquela pessoa que não se identifica com o gênero atribuído no nascimento.

Além da confusão entre trans e travesti, ainda existe uma vertente que defende o uso do termo apenas “trans*” e não transexual. Atualmente, o termo transgênero caiu em desuso, e a nomenclatura corrente é trans*. Os movimentos sociais que lutam pela visibilidade das pessoas trans* utilizam o asterisco acompanhando a palavra trans* para designar um termo guarda-chuva, que engloba diferentes identidades, podendo incluir pessoas trans* que se identificam dentro ou fora do sistema normativo binário de gênero (masculino x feminino). (Garcia, 2019, p.2).

Para Berenice Dias (apud Coacci, 2014, p. 14), importante jurista brasileira, “A transexualidade é uma divergência entre o estado psicológico de gênero e as características físicas e morfológicas perfeitas que associam o indivíduo ao gênero oposto”. Assim, apesar de existirem discussões sobre a utilização dos termos pessoas trans e Trans*, na presente pesquisa serão utilizados como sinônimos. E em termos gerais, a pessoa transexual não se identifica com o gênero atribuído ao nascimento, o que nada tem relação com a sexualidade, como será mais discutido adiante.

2.2 A construção do conceito/contexto de travestis em comparação com o que se entende por transexualidade

Este estudo parte do pressuposto de que as vivências, significados, e expressões atribuídos ao corpo não são oriundos de uma essência própria do sujeito e nem definidas unicamente por uma determinação genética ou biológica, mesmo sabendo que estes elementos compõem o que chamamos de espécie humana. Coadunamos aqui com as proposições apresentada por Pamplona e Dinis (2014), ao discutirem que o corpo humano não é algo estável e pronto, dado a partir de seu nascimento e desenvolvimento natural, mas que, sua construção se dá nos processos sociais e culturais.

Do ponto de vista histórico, tais autores destacam que a partir do século XIX houve um forte interesse científico pelas múltiplas expressões da sexualidade e busca de prazeres, com destaque especial para as ciências médicas (Pamplona & Dinis, 2014). Foi neste contexto sócio histórico e científico que se desenvolveu o interesse pela temática da homossexualidade, sendo o ponto de partida de uma série de intervenções e controles da análise médica (Foucault, 1985) e que as ideias de homossexualidade passaram a vigorar como patologia ou doença na Classificação Internacional de Doenças – CID a partir de 1893.

É necessário lembrar como trazido em meados da Antiguidade Clássica até fins do século XVIII que o ser trans era qualificado como algo positivo, pertencia ao campo do divino, e foi a modernidade e suas transformações que suprimiram esse elemento sobrenatural fantástico, identificando-se que as concepções de ser homem ou mulher varia nas diferentes épocas (Silva, Souza & Bezerra, 2019). Mais do que uma variação de acordo com a época, é uma variação que muda com a sociedade, que possui suas transformações diretamente vinculadas aos avanços da comunicação bem como da dominação de grupos.

Antes de adentrar na discussão no tocante à temática de gênero, faz-se necessário diferenciar orientação sexual de identidade de gênero. A orientação sexual pode ser compreendida como capacidade de ter, sentir ou desenvolver atração emocional, afetiva ou sexual por outra(s) pessoa(s) (Pinto, 2020), enquanto identidade de gênero “é a expressão de uma identidade construída com base em como a pessoa se reconhece ou se apresenta em relação a seu próprio gênero, e que pode corresponder ou não ao seu corpo biológico” (Pinto, 2020, p. 3), e é justamente como identidade de gênero que se diferem as travestis das mulheres trans. Ou seja, enquanto a pessoa transexual não se identifica com o gênero atribuído no nascimento mas se identifica em sua totalidade com o gênero oposto, a travesti já é um gênero fluído, apesar de não se identificar totalmente com o gênero atribuído no nascimento também não o rejeita por completo.

Assim, o termo cisgênero é empregado para aquele indivíduo que se reconhece no sexo biológico e trans que não se reconhece, podendo trans ter o sentido amplo que abarcaria travesti ou sentido estrito de transexualidade dentro ainda do binarismo de gêneros. Quando a identidade de gênero, cisgeneridade e transgeneridade são confundidas com orientação sexual prejudica a compreensão sobre os problemas específicos das pessoas trans e até o reconhecimento da sua existência (Almeida, 2018).

Nesse contexto, se faz necessário abordar os conceitos de prática sexual e desejo. Sendo o desejo “vontade de viver uma experiência de prazer psicoemocional, afetivo ou erótico com outro ser” (Vitalia, 2019, p.3) o que remete a prática sexual, que seria a concretização desse desejo. Além dos conceitos de identidade de gênero e orientação sexual vai existir ainda a sexualidade, surgida no imaginário judaico-cristão dominante no Ocidente, ao que Gomes (2018) afirma ser responsável pela determinação de normalidade da heterossexualidade, colocando as demais na anormalidade. Para Moretti-Pires (2016), a matriz heterossexual foi construída a partir da naturalização dos gêneros

que se dividiriam de modo binário, entre homens e mulheres, havendo uma continuidade entre sexo biológico, gênero, prática sexual e desejo, e tudo que foge desse binarismo passa a ser descrito como objeto repreendido socialmente, pois isso se gerou na sociedade a problematização em torno das pessoas travestis e transexuais.

Em complemento, Almeida (2018) destaca que a problematização em torno das pessoas travestis e transexuais é ainda mais profunda, uma vez que gênero deveria ser compreendido a partir de um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura, não sendo nada naturalmente feminino ou masculino, havendo uma diferenciação de caráter cultural e variável. Para Scott (1995), os conceitos relacionados a ideia de gênero são estabelecidos a partir de um conjunto de normas e referências, os quais estruturam a percepção e as organizações concretas e simbólicas das relações sociais.

Ainda segundo o autor, esta matriz heterossexual produz discursos de diversidade sexual, apresentada como negativa e perigosa a sociedade, e por isso passa a não receber proteção do Estado. Mesmo que os indivíduos LGBT compartilhem um cenário de violências similar, generalizar os problemas vivenciados por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais seria uma minimização das vivências sexuais e identitárias de cada indivíduo (Moretti-Pires, 2016).

É neste mesmo entendimento que alguns autores, como Mendes, Jorge e Pilecco (2019) apontam que as normas socialmente hegemônicas instituídas que associam o sexo biológico à identidade de gênero regulam e produzem mecanismos de submissão e coerção, podendo levar a situações de vulnerabilidade social. Acrescentamos aqui elementos de risco e práticas de violências institucionais ou simbólicas, por exemplo.

No que tange ao grupo de travestis e pessoas trans, observa-se que estas rompem com as definições impostas socialmente do que é ser homem e ser mulher, baseados em atributos biológicos, objetivadas nos órgãos genitais e reprodutivos. Alguns autores

(Lima et al., 2020; Pinto et al., 2017) apontam que as pessoas que se auto identificam como travestis não delimitam a identidade de gênero ao sexo biológico, encontrando-se na fronteira de gênero, uma vez que transitam no universo feminino reivindicando esta identidade sem, no entanto, reivindicar a posição de mulher. Por seu turno, as mulheres e os homens transexuais também não delimitam a identidade de gênero ao sexo biológico estabelecido durante o nascimento, tendo a auto identificação a partir dos intercruzamentos entre as diferentes categorias de gênero e de sexualidade (Lima et al., 2020).

Para Silva (2019), a retórica utilizada pelos “cientistas da mente” (psiquiatras, psicólogos e psicanalistas) sobre a homossexualidade justificou a inclusão das referências nosológicas às experiências trans no CID-9 em 1976. Ainda segundo o autor, os argumentos médico-científicos estavam baseados na imagem das pessoas trans como adoecidas, depressivas, com dificuldades de socialização e uma vida sexual fora de padrões saudáveis, desregulada.

Apesar dos avanços e discussões sobre o tema, o “transexualismo” e o “travestismo” mantiveram-se no CID-10, de 1992 como modalidades de transtornos mentais, classificados como transtornos de identidade de gênero. Foi somente no ano de 2018 que a Organização Mundial da Saúde – OMS decidiu pela supressão das transexualidades das patologias psiquiátricas para classifica-la como incongruências de gênero no CID-11, em 2018.

Segundo Rocon (2020) as travestis não delimitam a identidade de gênero ao sexo biológico, uma vez que constroem uma identidade particular na busca da feminilidade sem se tornar uma mulher. Nas palavras do autor, elas procuram construir uma imagem própria sem desfazer de algumas características masculinas, fluindo entre os dois gêneros, o que para Oliveira (2019) seria ocupar um lugar questionador reinventando um feminino

pelas travestis. Para York et al. (2020) ser travesti é o reconhecimento de um outro corpo possível, que rompe os signos binários, mas expressando-se como pertencente ao gênero feminino. Nas palavras do autor:

O feminino travesti não é o feminino das mulheres. É um feminino que não abdica de características masculinas, porque se constitui num constante fluir entre esses polos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica dos ingredientes de gênero. (York et al, 2020, p. 7)

No entanto, a conceituação no universo das transexualidades não é homogênea, acarretando em confusões uma vez que a mulher transexual pode ser identificada como pessoas que tiveram seu gênero atribuído pela genitália masculina, mas se reconhecem na posição de mulher, e a travesti se encontrando na fronteira de gênero, também atribuídas como pertencentes ao gênero masculino, mas que transitam no universo feminino sem reivindicar a posição de mulher, sendo essa a principal diferença (Pinto, 2017).

Tal confusão reverbera nas identidades de gênero travesti e de trans, conforme identificado nas reportagens que serão analisadas na presente pesquisa. A confusão não ocorre somente nas pessoas fora do grupo, mas até mesmo na auto identificação dos indivíduos quando do reconhecimento sobre sua identidade de gênero. Na pesquisa de Paulino (2020) foi identificada a transição de homem transexual para travesti e de travesti para mulher trans, “em uma performance identitária que almeja o reconhecimento e o pertencimento familiar, bem como o acesso à saúde, à educação e a uma profissão distante da prostituição” (p.1), isso porque a travesti ainda é vinculada a prostituição e possui ainda mais dificuldade no acesso a direitos.

As travestis enfrentam inúmeras violências/dificuldades ao longo da vida, iniciando ainda na infância, ou seja, na fase escolar. Dentre os inúmeros elementos que vão influenciar para que a travesti desista dos estudos, Almeida (2018) ressalta o não

reconhecimento do nome feminino no momento da frequência e cotidiano escolar e impedimento de acesso ao banheiro. Em consequência da baixa escolaridade e dos preconceitos vivenciados no ambiente escolar, inicia o problema inserção no mercado de trabalho. Como trazido pelo autor, o preconceito sofrido pelas pessoas trans e travestis é diverso dos problemas da comunidade LGBT como um todo, isso porque a orientação sexual é algo íntimo enquanto o corpo é público.

A orientação sexual pode ser vivida de forma íntima e até dissimulada, podendo ser omitida por meio de performances similares aos estereótipos da heterossexualidade, como quando um homossexual possui voz grave e não apresenta linguagem corporal ou gírias geralmente ligadas à comunidade LGBT. No entanto, a identidade de gênero seria vivenciada de forma mais ostensiva, estando marcada em seu corpo (Almeida, 2018).

Essa diferenciação de orientação sexual como algo íntimo e o corpo como público repercute até na escolaridade da população LGBTQI+ restando demonstrado que a população travesti e transexual vivencia maior vulnerabilidade, segundo Santos (2016) que estudou a diversidade sexual na política nacional. Enquanto 59,1% dos gays e 45,1% das lésbicas afirmaram estar cursando a universidade ou já ter o título universitário, apenas 25% das travestis e transexuais declararam cursar ou ter concluído a universidade. Já entre as candidatas travestis e transexuais, o percentual das que têm até o ensino médio completo é de 75%, enquanto este percentual é de 40,9% entre os gays e 54,9% entre as lésbicas. (Santos, 2016, p. 15)

No que tange ao acesso aos serviços de saúde, Pinto (2017) apresenta a linha do tempo de acesso a saúde da comunidade trans e travesti: em 2008 foi regulamentada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a cirurgia de transgenitalização por meio da portaria GM/MS nº 1.707 que não contemplava as travestis. Em 2013 essa portaria foi revogada pela portaria GM/MS nº 2.803 oferecendo cuidado para a população transexual e travesti,

estabelecendo cuidados com “procedimentos, medicamentos, órteses, prótese” com “acompanhamento clínico, tratamento hormonal, cirurgia de transgenitalização e plástica mamária reconstrutiva com colocação de prótese de silicone” (p.2).

Ainda de acordo com Pinto (2017), o processo transexualizador do SUS permite que travestis e mulheres transexuais iniciem o acompanhamento clínico a partir dos 18 anos, podendo realizar procedimentos cirúrgicos a partir dos 21 anos depois de ter passado por acompanhamento de no mínimo dois anos. No entanto, um problema relevante identificado pelos autores é que geralmente as primeiras aplicações de silicone industrial ocorrem antes dos 18 anos, ou seja, antes da possibilidade de acompanhamento pelo SUS. Este procedimento é realizado por um não profissional que gera diversos riscos à saúde e a vida. Os procedimentos irregulares acabam sendo realizados por “bombadeiras” que seriam travestis ou transexuais mais experientes, sendo intervenções com uso de silicone industrial, não recomendado para uso em pessoas, e a utilização hormonal.

Carvalho (2018) aborda a diferenciação referente a classe financeira, em que a travesti viria de uma classe mais popular e que há um corte quando identificada que não condiz com o gênero de nascença, enquanto a pessoa transexual viria de uma classe média, em que o reconhecimento de gênero não geraria o mesmo corte familiar. Outra diferenciação entre travestis e transexuais estaria na distinção quanto a origem, sendo afirmado que a travesti é vinculada a um estigma de pervertidas a partir do olhar moral da sociedade, enquanto as transexuais seriam incorporadas em uma categoria médica psiquiátrica.

O fenômeno da prostituição é outro traço que demarca as diferenças entre as travestis e pessoas trans. A travesti é diretamente vinculada a prostituição, que a insere em um modelo de feminilidade de “ousadas”, com “feminilidade pomba-gira”, a

transexual representa uma “feminilidade burguesa”, recata e delicada (Fernandes, 2020). A título de explicação, o autor traz a fala de uma das participantes da pesquisa, a fim de explicar a representação da mulher trans na própria fala de uma mulher trans:

Hoje em dia, eu me vejo como trans, eu não me vejo como travesti. Pelo fato das minhas atitudes, meus hábitos, minhas escolhas. Eu me enquadro mais como trans, entendeu? Não como travesti. A mulher trans ela é mais mulher mesmo, mais da sociedade, é aquela pessoa que busca fazer uma faculdade, busca entrar no mercado de trabalho, busca uma colocação. Agora a travesti não, a travesti infelizmente ela é vista como profissional do sexo. (Fernandes, 2020, p. 7)

Quanto a conquista de direitos, os espaços foram e estão sendo conquistados gradualmente, nas resoluções nº 11 e nº 12, de 2014 e 2015, ambas do CNCD/LGBT (Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgênero) que traçam parâmetros federais para a utilização do nome social em boletins de ocorrência e dentro de estabelecimentos escolares. Em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico; em junho de 2018 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou regras para as pessoas trans mudarem nome e gênero em suas certidões de nascimento ou casamento diretamente nos cartórios. Ainda neste mesmo ano houve a mudança no Manual de Diagnóstico de Doenças Mentais (DSM) que alterou a visão sobre a transexualidade da anterior classificação “transtorno de identidade de gênero” para a atual “disforia de gênero” (Côrtes, 2019).

Mesmo ocorrendo tantas conquistas relacionadas a acesso a direitos as pessoas trans ainda são marginalizadas, o que pode ser verificado inclusive na classificação médica. Conforme pontuado por Cortês (2019), mesmo com a mudança na classificação do DSM

não há a completa despatologização da transexualidade, uma vez que continua sendo classificada como “disforia de gênero”, não sendo enquadrada portanto como uma normalidade. Ainda, como trazido pelo autor, as mudanças legislativas são baseadas em laudos, pareceres e na realização de cirurgia de redesignação sexual, tendo, portanto, uma visão medicalizante.

Mendes et al. (2019) chamam a atenção para o desconhecimento em relação a população de travestis e transexuais. Um dos principais motivos dessa invisibilidade e desconhecimento está no fato em que tanto o censo demográfico do IBGE, quanto na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), não trazerem perguntas referentes à identidade de gênero. Isto implica nas ausências de políticas públicas específicas para esta população e refletem a perpetuação da invisibilidade social destes grupos, impactando nos processos de exclusão e marginalização social (Mendes et al., 2019; Pinto et al, 2017).

Por seu turno, Silva (2019) relata que as pessoas trans e travestis são constantemente vítimas de situações de violência e exclusão em contextos domésticos e familiares, forçando-as a se retirarem dos espaços educacionais, de saúde e do mercado formal de trabalho, restando para sua maioria, o estigmatizado mercado sexual do trabalho. Outros estudos apontam que as travestis e pessoas trans são as que mais apresentam transtornos mentais, quando comparadas com a população geral, evidenciadas pelo maior consumo de álcool, tabaco e drogas ilícitas, possuem menor expectativa de vida e com maiores dificuldades para ter acesso aos serviços de saúde (Lima et al., 2020). Outras modalidades de explorações também foram evidenciadas, tais como a violência vivida por estarem em situação de rua, por agentes e instituições como a polícia e espaços de saúde, a violência sofrida por pessoas desconhecidas e a violência

perpetradas pelo próprio parceiro, as quais resultam em situações de assassinato e ameaças de morte (Mendes et al., 2019).

É esperado então imaginar que travestis e transexuais sofrem um contínuo processo de exclusão e marginalização social, resultando em desfechos desfavoráveis quando comparados com a população em geral, tais como altos índices de violências, infecção pelo HIV, ideação suicida, entre outros (Pinto et al, 2017). Dentre as demais categorias de gênero e sexualidade, as travestis e mulheres transexuais são as principais vítimas de violência, expressas em sua maioria por lesões corporais e homicídios (Lima et al, 2020). Segundo dados apresentados em 2018, o Brasil ocupa o primeiro lugar dentre os índices de crimes transfóbicos, detendo 40% dos assassinatos mundiais e estando muito à frente de alguns países da África, nos quais há pena de morte por ser LGBTQI+ (Benevides & Nogueira, 2019).

3. Violência contra trans e travesti

Apesar do número de pesquisas com a temática da violência contra a população trans e travestis estar crescendo ao longo dos anos e conseqüentemente a comunidade estar ganhando mais visibilidade, o número de violências, e assassinatos, não estão diminuindo. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, no Brasil foram identificados 80 assassinatos de pessoas trans e travestis somente no primeiro semestre de 2021, o que já é um número alarmante, principalmente se comparado a outros países, a exemplo do Estados Unidos que no período foram contabilizados 29 casos. Ressalta-se que assassinato não é a única forma de violência, sendo apenas a violência em sua modalidade fatal.

Gomes (2019) traz a perspectiva da invisibilidade das identidades trans identificada nas falas de profissionais de saúde, que apresentam ainda uma limitação na compreensão das vivências afetivo-sexuais de gays, lésbicas e bissexuais que coloca a sexualidade como uma característica de escolha própria. As travestis e comunidade trans são contabilizados em conjunto por ainda existir uma confusão social quanto as suas diferenciações, e por serem um grupo dentro da comunidade LGBTQI+ que vivenciam ainda mais preconceitos.

De acordo com Rocon (2020), o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de países com maiores índices transfóbicos. Em complemento, Garcia (2020) destaca que travestis, mulheres e homens trans morrem precocemente numa média de 35 anos de idade, mesmo que de acordo com o IBGE a estimativa de vida dos brasileiros seja de 75,8 anos de idade. Na época em que foi realizada a pesquisa de Garcia (2020) a vítima mais jovem noticiada tinha 16 anos, mas segundo a ANTRA no ano de 2021 a vítima mais jovem tinha 13 anos, corroborando as informações trazidas que “quanto mais jovem, mais suscetíveis à violência e à mortalidade (Benevides, 2019).

Em termos de violência relação ao acesso a serviços de saúde, em pesquisa realizada por Pinto et al. (2017) verificou-se que uma em cada cinco pesquisadas referiu ter sido discriminada por ser travesti ou transexual nos serviços de saúde no último ano. Ainda segundo o autor, ao longo da vida, as taxas de discriminação e violência no acesso aos serviços de saúde chegou a 42%. Quanto aos achados alusivos à violência sexual, quase uma em cada três pessoas relatou ter sofrido violência sexual. Quase metade das pesquisadas – 48% relataram ter sido vítimas de violência policial e ao menos uma em cada quatro informou já ter sido presa pelo menos uma vez. Os principais locais de violência sofridos pelo público investigando foram a residência e a via pública, evidenciando que a unidade e o espaço íntimo familiar não são eficazes como de rede de apoio e proteção, mas podem ser nomeados como ambientes aversivos e violentos (Pinto et al, 2017).

Apesar do número de violências serem alarmantes, ainda existe a problemática de muitos casos ainda serem notificados como homicídio comum, sendo dados importantes como o gênero ignorados no momento da queixa. A violência sendo um fenômeno multifatorial, conforme trazido por Pinto (2020), pode resultar em consequência a saúde física e mental da vítima, por isso, desde de outubro de 2014 foi incluído novos campos na “ficha de notificação individual de violência interpessoal/autoprovocada, como nome social, orientação sexual, identidade de gênero e motivação da violência, tornando possível a identificação de casos de violência em LGBT” (p.3).

Ressalta-se que todo o sofrimento vivenciado é gerado por fatores vinculados, a travesti e a mulher transexual não tem o nome social respeitado na escola, abandonam os estudos, não tendo assim acesso a conhecimento, não têm capacitações ou sofrem exclusão no âmbito do trabalho pela aparência e identidade de gênero, em razão disso não têm condições financeiras de cuidar da saúde, sofrem discriminações e limitações dentro

do SUS, se tornam parte de um grupo marginalizado e excluído socialmente, não têm seus direitos efetivos e muitas vezes nem conhecimento que esses direitos existem. Por mais que os assassinatos cruéis das travestis sejam o que mais chama atenção em relação a vulnerabilidade dessa classe, ainda é grande a quantidade de mortes não contabilizadas ou não anunciadas por problemas de saúde causados por doenças como a AIDS e procedimentos médicos irregulares de harmonização e implantação de silicone industrial que não é adequado para utilização no corpo humano.

A travesti ao ser sempre vinculada a prostituição e marginalização sofre ainda uma outra violência, a de não poder se socorrer ao Estado em busca de proteção. York (2020) traz a reflexão acerca das violências vivenciadas pela travesti em relação ao cliente, em que a mesma se vê em uma posição de desvantagem quando vai denunciar o assalto ou calote do cliente que é ouvido na delegacia como pessoa de bem, informações que são corroboradas na análise de conteúdo das reportagens transcritas. A travesti em momentos que deveria ser considerada a vítima por sofrer a violência física ou psicológica e ser enganada pelo cliente, ou até não receber o pagamento pelo serviço, acaba sendo sempre colocada no papel de marginalização enquanto o cliente que cometeu a violência é enquadrado como pessoa “do bem”.

Em uma pesquisa de Seffner e Passos (2016) apenas uma das travestis em situação de encarceramento recebe visitas de familiares. Segundo os autores, a situação de abandono, institucional/familiar, seria mais um dos elementos de invisibilidade social para a vida e morte de travestis no sistema prisional. Ser homossexual ou travesti ainda é um fator de risco de vida dentro do sistema penitenciário, uma vez que tal marcador social pode gerar atitudes segregacionistas, de exclusão e violência por partes dos outros grupos, como de facções, ex-policiais, evangélicos, ter cometido estupro, matricídio, infanticídio, pedofilia, por exemplo.

Essa vulnerabilidade de denúncia é diretamente vinculada a fragilidades da luta de gênero, como o mesmo autor traz exemplificando através de falas de entrevistadas, as travestis nunca se autoidentificaram como travestis, assim como as mulheres nunca se categorizaram como mulheres, foram categorias apenas dadas e aceitas por esses grupos. Além da vinculação com a prostituição, a “autoderterminação” forçada ainda existe a violência do não respeito a identidade da travesti, conforme Cannone (2019) a travestilidade ainda é associada a homossexualidade o que gera uma situação de invisibilidade.

São inúmeras as violências vivenciadas pela comunidade trans e travesti, sendo a despatologização uma luta constante, com abordado por Cannone (2019). A retirada da seção de transtornos mentais na CID-11 passando para condições relativas à saúde sexual pode ser considerada uma conquista, porém, as violências não se resumem ao setor da saúde.

Almeida (2018) traz outros desafios/violências vivenciados pela comunidade trans e travesti, elencados pelo: preconceito e transfobia; documentação; uso de banheiro, vestiário e uniforme; baixa escolaridade; e a linguagem corporal e verbal, além da falta de acesso a empregos e desrespeito ao nome social. Apesar do Brasil ter o trabalho como um direito social, o emprego formal não faz parte da vida da população trans que passa a recorrer a prostituição por não conquistar outros espaços. Estimando-se que cerca e 90% das mulheres transexuais e travestis se prostituam (Rocon, 2020).

No que tange à prostituição há o agravamento das vulnerabilidades, a exposição nas ruas, a desproteção em relação ao cliente, a marginalização quando solicitam ajuda do Estado, descrença quando das denúncias, abandono familiar que além de não aceitar o reconhecimento como travesti não aceita a prostituição, os problemas de saúde causados pelos procedimentos estéticos irregulares como hormonização sem acompanhamento

médico e implantação de silicone industrial, o que leva a graves sequelas na saúde e até a morte, tudo em busca do corpo padrão feminino e “atraente”, entre tantos outros problemas.

Sendo a questão profissional mais profunda do que aparenta, pois se a pessoa transexual busca emprego depois da transição encontra dificuldades por conta da rejeição e preconceito, e se a pessoa já tem o emprego e realiza sua transição, perde o emprego. Em razão disso, muitas travestis e mulheres e homens trans adiam suas transições com medo da perda do emprego e se verem diante de dificuldades financeiras e de se manterem inseridos no mercado de trabalho.

Em 13 de junho de 2019 foi concluído o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 em que o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que houve omissão do Congresso Nacional por não editar lei que criminalize atos de homofobia e transfobia, enquadrando então homofobia e transfobia como tipo penal definido na lei de racismo até que se edite lei específica sobre a matéria.

Ocorre que, mesmo com esse avanço em haver a tipificação penal, ainda sendo na lei de racismo, ainda existem muitas barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização, conforme pesquisa organizada pela *All Out* e coordenada pelo Instituto Matizes (2021). As dificuldades de concretização em relação a punição e até denúncia são muitas, existindo ainda barreiras como juízes que discordam da decisão do STF, a forma como as vítimas de LGBTIfobia são atendidos na delegacia, a dificuldade de chegar até o momento da denúncia.

Nesse contexto, sabe-se que a mídia, impressa ou televisiva possui papel decisivo na construção de realidades de uma determinada sociedade. É nas pela via das apresentações das reportagens que os fatos cotidianos tornam-se verdadeiros. Nas palavras de Schwarcz:

O jornal [e isso valeria também para outros veículos da imprensa] é eficaz, então, por que trabalha e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiteraões tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis. Dessas verdades ninguém duvida. (...), portanto, o jornal cria e recria consensos que cada repetição necessitam de menos explicações. (Scharcz, 1987, citado por Couto, 2002).

Ao identificar as violências sofridas pelo grupo trans nas reportagens televisivas, não só pela cobertura dos crimes ocorridos, mas pela forma que a população trans é representada pela sociedade em geral, policiais e repórteres, fica evidente a necessidade de se abordar a questão de gênero no Brasil. Essa necessidade é pautada na necessidade de conscientizar a população acerca da variedade de gêneros LGBTQIA+ e consequentemente as autoridades responsáveis pelo acesso a direitos que assegurem qualidade de vida.

Vários autores destacam o papel da mídia em atribuir status de verdade aos fatos sociais, além de propagar crenças, valores e ideologias a respeito de determinados grupos sociais, garantindo assim a sua manutenção (Guareschi & Lazzarotto, 2001; Jodelet, 2001, Saraiva & Coutinho, 2012). No que tange à temática da violência, observa-se na atualidade uma alta exploração das suas diversas expressões nos meios de comunicação. Aqui chamamos a atenção especial para aquilo que Teixeira (2003) chama do espetáculo de crimes violentos pela televisão.

4. A Teoria das Representações Sociais

As Representações Sociais – RS, na perspectiva de Santos (2005) podem ser entendidas pela concepção de como o indivíduo interpreta e dá sentido ao mundo em que vive, mais especificamente, sendo o sentido de alguém sobre alguma coisa, em que se remete ao conhecimento produzido no senso comum. A produção da RS pode acontecer de formas diferentes para cada contexto social, ao tempo em que é a construção social da realidade, sendo o sujeito produtor e produto de uma determinada sociedade e tornando essa realidade subjetiva. Desse modo, a RS é uma construção do sujeito sobre o objeto, que é realizada a partir de informações que ele recebe de e sobre o objeto.

Assim, a função da RS é dar sentido à realidade social, produzir identidades, organizar as comunicações e orientar condutas. E ainda, segundo Santos (2015), tem quatro funções, tendo função de saber, por dar sentido a realidade social, de orientação, por guiar as práticas sociais, justificar, sendo justificadora de comportamento, e tendo também a função identitária, de grande importância na presente pesquisa, em que a RS possibilita uma identidade e diferenciação grupal em que o sujeito ao compartilhar uma representação se acredita pertencente a um grupo e excluído de outro. Nessa perspectiva de pertencimentos de grupos, dar sentido à realidade social, produzir identidades, organizar, as comunicações e orientar condutas, se ingressa na discussão do que seria família, como ela seria construída para ser reconhecida como tal, e quais pessoas tem esse direito preservado.

Os estudos de representações sociais por trazerem a concepção de como o indivíduo interpreta e dá sentido ao mundo em que vive, como citado anteriormente, podem trabalhar com pessoas ou com documentos, esses documentos geralmente relacionados a imprensa, que são os meios de comunicação que interligam um grande número de pessoas. A imprensa pode abarcar jornais, revistas, diários, documentos escritos, bem

como a comunicação televisiva, ainda pouco explorada apesar da televisão brasileira já ter completado 70 anos em 2020. Assim, poucos são os estudos que se debruçam sobre o meio de comunicação televisivo, sendo essa a mídia escolhida como meio de coleta do material para análise.

Como trazido no artigo de Cunha e Pinto (2017) “as más notícias vendem mais, os meios de comunicação social valorizam os acontecimentos negativos em detrimento dos positivos” (p.2), razão pelo qual os programas televisivos policiais escolhidos na presente pesquisa possuem tanta audiência. Ainda, a forma como as pessoas são percebidas na sociedade e a sua autopercepção são influenciadas pelas representações midiáticas veiculadas com a força e o poder do discurso (Cunha & Pinto, 2017).

A partir do momento que a mídia foca em uma determinada característica ao transmitir a notícia, excluindo ou não dando atenção as demais, gera uma corrente discriminatória. Justamente porque como trazido do referido artigo, o objetivo dos meios de comunicação é fornecer relatos de acontecimentos que eles consideram significativos e interessantes, e essa percepção também é válida em relação a forma de transmissão da informação. Os programas policiais reproduzidos em canais televisivos e também disponibilizados na internet (Youtube e canal próprio) trazem reportagens de interesse popular, o que vincula esse meio midiático as representações sociais.

Cabe destacar que ainda no ano de 2021 a Aliança LGBTBI¹ ingressou na justiça contra o apresentador Sikêra Jr. que apresenta um programa semelhante aos programas estudados na Rede TV por fala homofóbica em que associou a homossexualidade a pedofilia no mês do orgulho LGBTI de 2021. É evidente que apesar da tipificação, a efetivação das denúncias e prisões por LGBGfobia ainda não é algo concreto, pois mesmo ocorrendo violências desse tipo em canais de amplo alcance e visibilidade como em programas televisivos, vídeos na internet e etc, não é constatado diminuição de

assassinatos e violências físicas, verbais e psicológicas, pois no caso concreto não ocorre a punição.

5. Justificativa

A transexualidade é um fenômeno que está em transição no país atualmente em razão dos processos de elaboração de direitos desse grupo social, uma vez que o Brasil ainda é um dos piores países para a pessoa transexual viver, e dos numerosos debates que estão sendo travados dentro e fora desses grupos, produzindo uma ressignificação dos sentidos sobre o ser transexual, podendo essas mudanças estarem alterando o modo como esses indivíduos elaboram suas subjetividades a partir do modo como representam sua condição transexual. E na elaboração de suas subjetividades existem as concepções dos fenômenos das violências contra essas pessoas transexuais, bem como, as representações sociais da mídia acerca desses indivíduos.

É esperado então imaginar que travestis e transexuais sofrem um contínuo processo de exclusão e marginalização social, resultando em desfechos desfavoráveis quando comparados com a população em geral, tais como altos índices de violências, infecção pelo HIV, ideação suicida, entre outros (Pinto et al, 2017). Dentre as demais categorias de gênero e sexualidade, as travestis e mulheres transexuais são as principais vítimas de violência, expressas em sua maioria por lesões corporais e homicídios (Lima et al, 2020). Segundo dados apresentados em 2018, o Brasil ocupa o primeiro lugar dentre os índices de crimes transfóbicos, detendo 40% dos assassinatos mundiais e estando muito à frente de alguns países da África, nos quais há pena de morte por ser LGBTTI+ (Benevides & Nogueira, 2019).

O presente estudo buscou analisar o processo de espetacularização da criminalidade, focada na violência de gênero contra pessoas trans e travestis via programas e reportagens de televisão, tomando como enfoque os programas Brasil Urgente – Rede Bandeirantes de Televisão e o programa Cidade Alerta – Rede Record, a partir do instrumental teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais.

A escolha dos programas ocorreu diante da importância e consumo que estes possuem dentre àqueles que têm como principal atrativo a abordagem de temas ligados à violência no Brasil. Segundo os dados do IBOPE (2021), o programa Brasil Urgente chegou a vice liderança do horário, com uma média de 8,3%. O programa concorrente, Cidade Alerta da Record, fica logo atrás com 6,1%. Em seu horário de apresentação, os dois programas perdem apenas para a Rede Globo de Televisão, o que demonstra o nível de interesse e consumo das propostas apresentadas por parte dos espectadores brasileiros.

Assim, o estudo das reportagens é justificado pela crescente necessidade de visibilidade da comunidade trans e de seu acesso a direitos, que como visualizado nas reportagens ainda é de difícil acesso, em que o Brasil ainda é o país que mais mata transexuais no mundo (ANTRA, 2020), confirmado nas ocorrências acompanhadas pelos referidos programas pois a maioria das vítimas são mortas.

6. Objetivos

Objetivo geral

Compreender as representações sociais de violência de gênero contra pessoas trans e travestis via programas e reportagens de televisão, tomando como enfoque os programas Brasil Urgente – Rede Bandeirantes de Televisão e o programa Cidade Alerta – Rede Record.

Objetivos específicos

- a) Compreender como se dão os processos de objetivação e ancoragem das representações sociais de violência de gênero contra pessoas trans e travestis;
- b) Verificar como as pessoas se posicionam frente às violências contra as tomadas de posição internas para com a população trans por parte dos programas analisados.
- c) Analisar as reportagens que abordam a temática com enfoque nos programas Brasil Urgente – Rede Bandeirantes de Televisão e o programa Cidade Alerta – Rede Record.

7. Método

A pesquisa apresentada se configura como qualitativa, uma vez que se debruçou sobre o universo de significados, crenças e valores que atravessam relações sociais e subjetividades de indivíduos transexuais (Minayo, 2002), sendo ainda de caráter descritivo (Gil, 2002), ancorada na perspectiva teórico-metodológica das Representações Sociais (Santos & Almeida, 2005).

Fonte de dados:

O presente estudo corresponde a uma pesquisa documental com reportagens de programas televisivos e se insere numa perspectiva descritiva. Utilizando como referência os programas Brasil Urgente – Rede Bandeirantes de Televisão e o programa Cidade Alerta – Rede Record. O alcance dos programas e reportagens podem ser verificados tanto pelos índices informados pelo IBOPE quanto pelo número de inscritos nos canais dos programas no Youtube. O canal do Brasil Urgente – Band contava na época da coleta de dados com 1,49 milhões de inscritos, enquanto que o Cidade Alerta – Record possui uma abrangência muito maior, com 4,23 milhões de inscritos.

Procedimento de coleta:

O procedimento de busca pelas reportagens ocorreu nos canais dos programas na plataforma do Youtube, os quais são apresentados ao vivo naquela plataforma, e após, ficam disponíveis abertamente a qualquer interessado. A busca das reportagens nos canais dos programas se deu pela utilização do descritor: “trans”, “travesti” e “transexualidade”.

A escolha dos termos indutores se deu após assistir várias edições dos dois programas e constatar que havia uma confusão entre os termos pessoa trans e travestis, colocando-os em um mesmo grupo. Ao todo foram encontradas 53 reportagens, sendo 23

do programa “Brasil Urgente” e 30 do programa “Cidade Alerta”, durante o período compreendido entre 2016 a 2020.

Procedimento de análise dos dados:

Ao final desse processo, as 54 reportagens foram transcritas na íntegra e classificadas segundo as variáveis de interesse do estudo: número de entrada no banco e ano de apresentação da reportagem, as quais foram analisadas pelo software Iramuteq, programa informático livre, ancorado no software R e permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais (Camargo & Justo, 2013). A análise organizada pelo software se dá em três fases (Bardin, 1977), a pré-análise, marcada pela exploração superficial do material; a codificação e categorização, quando serão identificadas as classes organizadas de sentidos, sendo esta fase implementada por meio do software mencionado, e por fim, a fase de inferência, quando se discutirá os resultados a partir do aporte teórico selecionado. Para validação dos resultados será utilizada a técnica de triangulação teórica (Apostolidis, 2006). Assim, foi utilizado o Iramuteq para organizar os dados coletados para a análise ser realizada pelo pesquisador.

8. Resultados / Dados levantados e resultados

Os resultados apontados pelo *software* Iramuteq geraram um padrão explicativo e robusto. Ao todo a análise do programa considerou 1.060 Unidades de Contexto Elementar – UCEs, ou frases de contexto (92,74% de todo o material analisado), organizados em seis classes que se mostraram estáveis. Isto implica dizer que os segmentos de texto apresentaram ao mesmo tempo, vocabulário interno semelhante entre si e diferente dos vocabulários internos das outras classes.

Para a criação dos campos léxicos, o programa utilizou o teste de qui-quadrado, capaz de revelar a força da associação das palavras em suas respectivas classes (Camargo & Justo, 2017). O resultado dessa organização e as formas lexicais características de cada classe pode ser vista na Tabela 1.

Tabela 1 – Categorias representacionais – violência contra pessoas trans e travestis em programas televisivos policiais

Eixo	Classe	Definição	Palavras associadas	Qui-quadrado	UCEs	(%)
Eixo I - Investigação	Classe 2	Repórter narrando o caso na delegacia – narrativa do crime segundo o repórter	Prestar	73,85	164	16,7
			Bruno	55,49		
			Militar	55,49		
			Motel	40,69		
			Informação	40,35		
			Incêndio	40,28		
			Depoimento	39,91		
			Delegacia	37,81		
			Travesti	36,13		
	Classe 3	Repórter narra as provas do crime e ouve as testemunhas – Descrição do crime	Correr	98,03	165	16,8
Segurança			87,97			
Carro			76,72			
Câmera			63,23			
Rua			61,42			
Testemunha			57,53			
Descer			55,15			
Moto			53,8			
Fugir			49,53			
Disparo	45,03					
	Investigação policial da morte	Morte	86,23			
		Homicídio	75,64			

	Classe 5		Violência	64,64	143	14,6
			Corpo	5,10		
			Norte	52,18		
			Zona	84,73		
			Registrar	43,38		
			Suspeita	42,35		
Eixo II – Violência	Classe 1	Parentes e amigos lamentam a perda – narrativa da morte segundos familiares e amigos	Falar	85,15	222	22,6
			Muito	57,98		
			Não	54,7		
			Gente	53,24		
			Assim	47,55		
			Querer	44,54		
			Entender	29,32		
			Pessoa	24,85		
			Justiça	20,38		
			Medo	20,38		
	Classe 4	Morte – sofrimento da mãe da vítima	Mãe	167,32	166	16,9
			Emanuelle	67,6		
			Diego	53,63		
			Marco	49,12		
			Luciana			
Leticia						
Maria						
Giovane						
Classe 6	Familiares procurando notícias – Caso Luara	Luara	289,46	123	12,5	
		Jonathan	114,89			
		Amanda	97,71			
		Cidade	56,00			
		Noivo	55,41			
		Social	48,40			
		Rede	48,40			
		Postar	42,21			
		Sumir	40,81			
Cadê	34,51					

Fonte: Elaborada pelos organizadores

É possível ver a distribuição das classes em torno de dois grandes eixos, o primeiro, Eixo I – Investigação, formado a partir das classes 2 – Narrativa do crime segundo o repórter, com 16,7% de todo o material analisado; classe 3 – Descrição do crime, com 16,8% e, classe 5 – Investigação policial da morte, com 14,65 de todo o material analisado. O Eixo II – Violência, versa sobre a vivência do crime relacionado ao

sentimento de perda, sentimentos da vítima, amigos e familiares, formado pelas classes 1 – Narrativa da morte segundos familiares e amigos, com 22,6%; classe 4 – Sofrimento da mãe da vítima, 16,9% e, classe 6 – Caso Luara, com 12,5% de todo o material analisado.

A classe 2, apresenta como ponto principal o fenômeno do crime, discutida a partir da perspectiva do repórter, que ao construir sua narrativa, apresenta ao telespectador sua visão e significados sobre os fatos que levaram ao crime encontrado. A classe é composta por 164 UCEs e é marcada pelas palavras utilizadas pelo repórter para trazer as informações na reportagem acerca daquele crime, tais como: prestar, motel, informação, incêndio, depoimento, delegacia, travesti, por exemplo.

A presença da polícia nas informações das reportagens é evidente por sempre se tratar de crimes. Cabe aqui o destaque para os motéis, estabelecimentos que alugam quartos para encontros amorosos ou podendo ser utilizados como hotel de alta rotatividade. Este espaço é nomeado com frequência nas reportagens. Em muitos casos a vítima tinha por atividade laboral a prostituição, sendo violentadas e/ou assassinadas durante tais encontros amorosos ou por um parceiro frustrado.

As palavras evidenciadas na classe 2, remetem em sua maioria, a uma reportagem específica do Programa Cidade Alerta – Record, publicada em 26/08/2020¹, em que o assassino da mulher/travesti incendiou o quarto e a deixou queimar, tentando inclusive fugir do motel para parecer um acidente.

Vinicius, conta tudo, Vinicius. Diga ai, repórter Vinicius. Bruno, esse homem que estava na suíte junto com a pessoa que estava morrendo em razão do incêndio está aqui na delegacia de São Bernardo do Campo. Prestou depoimento à polícia e até esse momento ele contou duas versões (Homem é preso suspeito de matar

¹ Homem é preso suspeito de matar acompanhante em motel no ABC Paulista - <https://www.youtube.com/watch?v=hxV2PmIloO0>

acompanhante em motel no ABC Paulista. Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 26 de ago. de 2020).

Outro destaque para os termos mulher e travesti aparecem na classe, deram-se pelo fato do repórter questionar a todo momento qual seria o gênero da vítima. Segundo o jornalista os agentes da polícia tiveram dificuldade na identificação do corpo, pois o mesmo foi encontrado totalmente carbonizado. A identificação do corpo foi um elemento considerado importante para a reportagem, a vítima foi enunciada como “pessoa”, apesar de que, a todo momento havia o questionando se a vítima se trataria de uma travesti ou de uma mulher.

Por focar na descrição do crime, a classe 2 também traz os crimes transmitidos em outras reportagens, como o crime em que homens ofereceram carona e ao descobrir que a mulher não era uma mulher cis, ou seja, era uma mulher trans, a assassinaram, conforme pode ser visto no exemplo abaixo.

Ele não teria relação com o crime porque é bastante conhecido aqui na região. A polícia também descarta a possibilidade das mesmas pessoas que mataram Emanuelle terem ferido o homem. De toda forma ele vai prestar depoimento e deve ajudar nas investigações (Transexual é morta a pedradas. Programa Brasil Urgente – Band, São Paulo, 06 de mar. de 2017).

Em depoimento prestado na delegacia a acusada disse que foi chamada pelo soldado para fazer um programa. Eles teriam se relacionado aqui mesmo na praça, atrás de um carro mas o policial teria se negado a pagar o valor combinado (Travesti mata PM em briga por causa de pagamento do programa. Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 16 de mar. de 2017).

Interessante ressaltar que durante a análise, o *software* destacou reportagens em que a pessoa trans/travesti é a vítima. Mesmo no caso em que aparentemente a travesti

possa ser apresentada como agente violentador, verifica-se que a mesma na verdade estava sendo vítima de uma vertente do estelionato, uma vez que um cliente fez uso de um programa e, ao final, não queria pagar por ele, alegando após, ter se tornado vítima da travesti que estava se prostituindo.

Assim, a classe poderia ser resumida na narrativa do repórter sobre o crime e a chegada da informação do crime a delegacia, em que há uma narrativa imparcial, do repórter de acordo com informações coletadas, e de uma vítima possivelmente morta que não tem como se manifestar sobre o que é narrado. Além disso, nessa classe evidencia-se um dos lugares em que é mais frequente a violência: no motel, e como as mortes costumam ser violentas: incêndio.

A classe 3, também com 165 UCEs, é marcada pelas palavras: correr, segurança, carro, câmera, rua, testemunha, descer, moto, fugir, disparo, todas relacionadas ao título dado a classe “Descrição do Crime”. Essas palavras descrevem momentos ocorridos na cena do crime. O segurança do posto de gasolina que viu a vítima pela última vez; a câmera de segurança que mostra o *serial killer* se aproximando de moto; a vítima tentando sair do carro e fugir do agressor; os disparos que causaram a morte, como narrado nos trechos a seguir apresentados:

Uma testemunha que não quis gravar entrevista contou para nossa equipe de reportagem que a travesti correu muito, mas acabou alcançada pelo suspeito que estava em cima de uma moto. Os tiros foram disparados aqui em cima da ponte, das bandeiras e a vítima não resistiu aos ferimentos (Transexual é agredida e tem braço amputado em São Paulo. Programa Brasil Urgente – Band, São Paulo, 20 de jan. de 2019).

De acordo com testemunhas, o jovem levou uma surra de um grupo de homens nessa rua e seguiu correndo por este posto. Fez exatamente esse percurso.

Ninguém sabe dizer ao certo quantos homens tentavam matar o jovem. Daqui ele continuou a fuga. (Travesti sofre agressão e é baleada ao tentar fugir, Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 08 de abril de 2016).

Segundo as reportagens analisados e elencadas na classe 2, diversos foram os motivos e as circunstancias que levaram uma pessoa trans ou travesti a ser agredida ou assassinada. Ela foi perseguida por uma ou várias pessoas, foi alvo de agressão física ou disparos de arma de fogo, estava dentro de um veículo e foi perseguida no trânsito. Em quase todos os casos, as vítimas foram ameaçadas ou mortas por disparos de armas de fogo.

A classe 3 transparece o desespero das vítimas nos momentos que antecedem a vítima, a tentativa de sobrevivência, alguém que viu uma movimentação estranha mas nada fez, mais uma vez, a desproteção quanto a vítima tanto em relação a sociedade quanto ao Estado.

A classe 5, com 143 UCEs, versa sobre as a investigações policiais, dos crimes apresentados nas classes 2 e 3. Os termos mais encontrados foram: morte, zona, homicídio, violência, registrar, suspeita. Durante o período de transcrição e leitura das reportagens foi possível identificar, que segundo as investigações, as regiões periféricas das cidades e grandes centros urbanos são as que mais concentram os crimes contra as pessoas trans e travestis. Os crimes com maior incidência foram o homicídio, seguido do crime de violência física. Na maioria dos casos relatados, o desfecho termina com a morte da vítima. O relato da investigação passa por diversas fases, coo a busca do corpo, notificação e registro do caso, passagem pelo Instituto Médico Legal – IML, para confirmação ou negativa das suspeitas levantadas pela polícia na investigação.

Vem aqui, Bruno Peruca, encontra a foto do Instituto Médico Legal, que mostra o corpo de Yasmim com vários machucados. Portanto, isso foi na Zona Leste de

São Paulo, o que que ocorre, aí o Bruno começa, o nosso Bruno Peruca, a contar a história para tentar entender exatamente o que aconteceu com Yasmim, bota o Bruno Peruca no Cidade (Garota de programa travesti é encontrada morta em São Paulo, Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 18 de out. de 2016).

Ainda não se sabe a causa da morte de Gabi Black, mas a transexual tinha sinais visíveis de violência pelo corpo ela estava seminua. Tinha marcas de agressões e indícios de violência sexual (Jovem é morta após sair para encontro, Programa Brasil Urgente – Band, São Paulo, 28 de dez. de 2018).

A partir dos trechos selecionados é possível observar que as investigações ocorreram em sua maioria diante dos crimes de assassinatos. O procedimento inicia com a submissão dos corpos ao Instituto Médico Legal, para tentar identificar a causa da morte ou confirmar as suspeitas já levantadas pela polícia. Dentre as palavras destacadas pelo *software*, encontram-se São Paulo e Zona Leste, assim como Jardim, locais em que os crimes são mais noticiados na região metropolitana da Cidade de São Paulo, devido a sua rede de cobertura e abrangência. No entanto, isso não impede que aconteçam outras coberturas e reportagens de crimes de outras regiões, como Rio de Janeiro ou cidades do interior de São Paulo, por exemplo.

Antes mesmo do levantamento de dados, é de conhecimento da sociedade que o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo, o que é novamente confirmado pelas palavras confirmadas: morte, homicídio, violência, corpo. E apesar dessa informação, a maioria dos crimes nunca são solucionados ou as vítimas acabam sendo inocentadas ou recebem tratamento mais brando quanto aos delitos, porque no Brasil o crime ainda é ser diferente, ou seja, não ser cis e hetero.

Diferentemente do Eixo 1, relacionado à temática da investigação dos crimes sofridos pelas pessoas trans e travestis, o Eixo 2 traz a perspectiva da violência em suas

diferentes formas e significados, representado pelas classes, 1, 4 e 6. A classe 1, com 222 UCEs é marcada pelos termos: falar, muito, não, gente, assim, querer, entender, pessoa, justiça e medo. Nessa classe são consideradas as falas dos familiares, os quais destacam o sentimento de perda, os questionamentos porque alguém seria capaz de violentar uma pessoa daquela forma. Os sentimentos de angústia e desolação também foram elencados, por parte dos familiares e amigos das vítimas, sobretudo, a falta de respostas, investigação e conclusão dos casos.

Testemunha – eu posso dizer que a pessoa que fez isso estava muito cheio de maldade no coração, ela fez tudo de caso muito pensado. Acredito que cliente não, porque ali onde a gente trabalha tem câmeras, então vamos concordar que a pessoa não vai querer se expor (Garota de programa travesti é encontrada morta em São Paulo, Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 18 de out. de 2016).

Em algumas reportagens foi possível ouvir a versão da vítima sobre o episódio de violência, após sobreviver do mesmo, sendo uma exceção ao que é apresentado nas reportagens do programa ao longo do período pesquisado.

Tá muito claro diante dos relatos dela que é discriminação entendeu? Então não podemos permitir. Posteriormente Mariah quer também reparação material, porque quebrou o celular. Ela perdeu um brinco e ela quer danos morais para que essas pessoas aprendam a não repetir o que foi feito. (Modelo é vítima de transfobia e sofre agressões no interior de SP, Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 08 de set. de 2020).

É evidente, no levantamento de dados, que poucas são as vezes que é possível ouvir o depoimento da vítima, já que como narrado na classe anterior normalmente a vítima é fatal. Mas nessa classe, tem um ponto que merece atenção: a vítima da violência não é só a pessoa violentada ou morta, mas a família que passa a viver com medo ou com

a dor de ter pedido alguém amado em razão de uma violência injustificada, baseada na não aceitação das escolhas individuais de cada um.

A classe 4, com 166 UCEs, destaca o sofrimento vivenciado pela mãe da vítima. As principais palavras que marcam essa classe são mãe, seguida de vários nomes pessoais como: Emanuelle, Diego, Marco, Luciana, Leticia, Maria, Giovane. Estes nomes nos dão o sentido de como as mães se referem e significam as vítimas. Em alguns momentos são utilizados os nomes atribuídos ao nascimento e em outros, o nome social escolhido pela vítima. Aqui há o destaque para o caso de uma mãe que estava em um show com a filha transexual, e que essa filha ao entrar em um carro ao aceitar uma carona, nunca retornou.

Datena, o sonho foi interrompido. Depois que Emanuelle, a mãe e um amigo saíam dessa casa de shows, eles combinaram uma carona com o homem que conheceram na noite. Chegando no carro perceberam que mais três rapazes estavam dentro do veículo. A mãe desconfiou que tinha alguma coisa de errado e desistiu, pediu para que eles saíssem do veículo. O rapaz ainda conseguiu, já a moça foi segurada pelos homens que fugiram em disparata no carro sentido a saída da cidade. (Transexual é morta a pedradas. Programa Brasil Urgente – Band, São Paulo, 06 de mar. de 2017).

Apesar das pessoas trans e travestis serem invisibilizadas em todos os âmbitos da sociedade, no acesso a saúde, educação, proteção estatal, entre outros, existe um único ambiente em que as vezes essa pessoa é vista: no âmbito familiar. Isso é identificado quando os nomes são citados “Emanuelle, Diego, Marco, Luciana, Leticia, Maria, Giovane”, mas apesar dessa observação, é importante lembrar que nem sempre a família é sinônimo de acolhimento.

Tanto a reportagem quanto o software utilizado para análise dão destaque aos termos: carona, amigo, casa, show, gostar, noite, boa, divertir. A partir das descrições

apresentadas na classe 4 é possível perceber que as vítimas possuíam e mantinham contato com as famílias e relações de proteção com amigos, por exemplo.

Situações de oferta de carona que acabam em violência para o este público específico parecem ser costumazes. Aqui é apresentada outra reportagem em que o filho, jovem sai para se divertir, em uma casa de shows, mas que na volta para casa entra em um carro de uma pessoa conhecida e também não retorna.

A casa noturna que o Diego ia todas as sextas-feiras para acompanhar o show de forró fica do outro lado da rodovia, mais ou menos naquela arvore e próximo a passarela, são cerca de 2 km de distância daqui da rua onde o Diego morava com a família. Segundo os familiares ele costumava fazer esse trajeto a pé, e nunca aceitava carona, ele também não sabia dirigir e gostava de andar a pé de lá aqui pra casa, só que no meio do caminho ele recebeu a oferta de uma carona e aceitou. Segundo as irmãs ninguém acredita que seja uma pessoa desconhecida porque se não, o Diego não entraria né Luciana. (Polícia investiga morte misteriosa de travesti, Cidade Alerta – Record, São Paulo, 04 de jun. de 2018).

A classe 6, ultima classe a ser analisada, com 123 UCEs, traz um caso específico que pode ser identificado como um marco representativo. O referido caso é o de Luara, jovem que saiu com o namorado/noivo e nunca voltou. As palavras identificadas pela classe são marcadas pelo caso em específico, Luara (vítima), Jonathan (noivo), Amanda (irmã), cidade, noivo, social, rede, postar, sumir, cadê. O caso de Luara passou em diversas reportagens. Luara tinha um relacionamento com Jonathan recente, mas os dois já planejavam morar juntos, ela era uma mulher trans, juntos vendiam brigadeiro para juntar dinheiro já que não estavam trabalhando. Uma noite saem para vender os brigadeiros e Luara desaparece.

Ele disse que recebeu uma ligação de Luara da praça terminando a relação. Pessoas que estavam nessa praça disseram que ele estava junto com ela que ela não estava sozinha então ele mentiu para mim falando que quem ligou do telefone lá foi minha irmã (O Mistério de Luara: foto de jovem desaparecida some de aplicativo, Cidade Alerta – Record, São Paulo, 20 de ago. de 2020).

À polícia, o noivo conta uma versão que eles teriam terminado por telefone e que ele teria ido para outra cidade, mas na realidade ele a matou quando retornavam para casa, dormindo nessa noite inclusive no quarto dela. O fato causou grande comoção na cidade, que se movimentou em busca da travesti Luara e pelo apelo do noivo na busca da mesma, ao realizar campanhas nas redes sociais e vaquinha visando arrecadar fundos para morarem juntos.

Para despistar a polícia Jonathan chegou a postar nas redes sociais pedidos de ajuda para encontrar a namorada desaparecida com a *hashtag* onde está Luara o namorado colocou o número do celular dele para obter informações. (O Mistério de Luara: foto de jovem desaparecida some de aplicativo, Cidade Alerta – Record, São Paulo, 20 de ago. de 2020).

O caso ganhou uma repercussão na cidade que você não faz ideia, cadê Luara, o povo tomando café da manhã e perguntando cadê Luara, almoçando e cadê Luara. O namorado Jonathan fez uma postagem nas redes sociais, esse é o amor da minha vida, essa é Luara está desaparecida (O Mistério de Luara: foto de jovem desaparecida some de aplicativo, Cidade Alerta – Record, São Paulo, 20 de ago. de 2020).

O caso Luara é um dos mais chocantes, se comparado aos crimes ocorridos nas outras reportagens transcritas, e até mesmo o sistema identificou a complexidade ao dar maior atenção ao caso em uma classe específica. É o caso de uma jovem, que tem

acolhimento e proteção dos pais, e que é morta pelo namorado, e ainda, o assassino ajuda nas buscas e demonstra preocupação em relação ao desaparecimento, simulando possível discussão para terem perdido o contato. É uma vítima transfóbica, adolescente, retirada da proteção de sua família e vítima do parceiro de uma relação amorosa.

Ao que se pôde perceber após a análise realizada pelo Iramuteq e leitura e transcrição das reportagens é que as vítimas, principalmente as do Eixo II, que guardam relações familiares, são mortas muitas vezes por uma pessoa próxima e conhecida da vítima, ou alguém que no mínimo se relacionava com ela, como os companheiros e amantes, por exemplo. Quando mortas por desconhecidos, são em situação de realização de programas de prostituição.

9. Discussão

Como já trazido ao longo do trabalho, esse estudo propôs compreender o fenômeno da violência contra pessoas trans e travestis a partir de reportagens de programas televisivos policiais. Isto porque a mídia ao trazer fatos reais transmite quais são as representações sociais das pessoas acerca de determinados fenômenos.

Na análise do tópico anterior foi identificado a análise dos crimes por pessoas distintas (policiais, repórteres, pessoas que passavam pelo local, amigos e familiares), que as vítimas são em sua maioria fatais, havendo assim pouca oportunidade de oitiva da vítima do que realmente ocorreu, que os crimes são bárbaros e que apesar do sofrimento da família a maioria dos crimes nunca são solucionados.

As violências vivenciadas são originadas na confusão entre orientação sexual, identidade de gênero e sexualidade, construída a partir da matriz heterossexual e da naturalização dos gêneros divididos entre homens e mulheres. E ainda, havendo uma continuidade entre sexo biológico, gênero, prática sexual e desejo.

Importante ressaltar que orientação sexual é a atração emocional, afetiva ou sexual por outra pessoa; identidade de gênero como a pessoa se reconhece ou se apresenta em relação ao seu próprio gênero; sexo biológico aquele atribuído no momento do nascimento; gênero na matriz heterossexual como homem e mulher, havendo aqui a diferença entre pessoa cis e trans, a primeira com identificação com o gênero atribuído ao nascer e o segundo a não identificação.

Conforme identificado ao longo da pesquisa, muitos foram os problemas noticiados/vivenciados pela comunidade trans e travesti. O não reconhecimento do nome social, o impedimento de acesso ao banheiro do gênero com o qual se identifica, o abandono escolar, o que acarretou a baixa escolaridade e consequente dificuldade na inserção e manutenção no mercado de trabalho. Como forma de sobrevivência restou a

uma parte considerável delas a prostituição, o isolamento e distanciamento familiar, nomeadas aqui de exclusão em contextos domésticos e familiares. Experiências de violências e assassinados também foram noticiadas/vivenciadas mais uma vez associadas à invisibilidade e exclusão social, quando em situação de vítimas não são nomeadas em vida ou após a morte pelo nome social. Este apagamento da violência duplamente sofrida sofrida pelas mulheres trans e travestis, seja em seus corpos tido como errantes ou pela ausência do Estado em garantir suas vidas e o reconhecimento social como pessoas e cidadãs podem levar a falsa concepção de que os números de violências e mortes por causas externas contra estes grupos não seriam alarmantes.

Cabe aqui um questionamento, esta subnotificação das violências sofridas pelas travestis e mulheres trans seria se daria pelo desconhecimento do que seria identidade de gênero ou motivado por conhecimentos pré-existentes em nossa sociedade e em nossa cultura, através dos nossos valores, crenças e sistemas representacionais? Acreditamos que a resposta parta desta última possibilidade. O uso dos pronomes de forma incorreta pelos repórteres, policiais e população em geral, inclusive familiares (ela/ele) ratificam o questionamento aqui levantado.

Os episódios de violência contra pessoas trans e travestis apresentadas nos programas policiais televisivos durante o período pesquisado denotam mais alguns elementos que merecem atenção e destaque. O modo como os dois grupos distintos – travestis e mulheres trans foram tomadas, quase como sinônimo pelos repórteres e apresentadores reforça a invisibilidade e distanciamento de uma grande parte e setores da sociedade para com estes grupos. Uma vez que, quanto maior a distância que um grupo guarda sobre o outro ou objeto, maior será o desconhecimento, levando a uma homogeneização e utilização maior utilização de valores normativos, inclusive com a pessoa trans sendo intitulada “homossexual que se vestia de mulher”.

Cabe aqui destacar que no presente estudo a confusão era tamanha, que foi preciso adotar o formato linguístico utilizado em se igualar mulheres trans a travestis, sob a pena de se perder o material de estudo. Algumas vezes eram apresentados juntos, outras não se sabia se a vítima era homem, travesti ou pessoa trans, por conta do preconceito de gênero e confusão com sexualidade. Durante as discussões e reflexões sobre o trabalho, percebeu-se que esta homogeneização também é um dado importante da realidade, que só mostra o desconhecimento, invisibilidade e distanciamento das pessoas trans e travestis em nossa sociedade, motivo que foi trazido aqui para o debate.

Quando as atenções estão focadas para o não reconhecimento do nome social, tem-se, por exemplo a “Patrick, ou melhor, Lorena Vicente como ela gostava de ser chamada”. Mesmo quando nas reportagens a família apresentava uma postura de respeito e aceitação com a identidade de gênero adotada pela vítima, mesmo assim, na maioria das vezes, os jornalistas se referiam à vítima de modo inadequado. No entanto, o que se verificou na maioria das vezes foi a confusão de pessoas trans/travestis com homossexuais, inclusive pela própria família, ao nomearem as vítimas por “Ele” e “homossexual”.

O não reconhecimento do nome social acarretou ainda outros agravos às vítimas, conforme pôde ser percebido. O abandono e a não conclusão da educação formal escolar teve como uma das causas a não identificação do nome social. Durante a reportagem verificou-se segundo os relatos de familiares que as vítimas abandonaram a escola por conta do preconceito vivenciado na não aceitação de seus nomes e posteriormente na adolescência e juventude de seus corpos.

Ao longo de seus ciclos de desenvolvimento humano em que seus corpos começaram a ser modificados tanto pela questão orgânica, quando pelas modificações a ele infligidas, como a colocação de próteses mamárias e inserção de silicone no corpo,

vestimentas, tratamentos hormonais. Tais questões íntimas passaram a ser de domínio público. O corpo que seria da ordem do privado passa a ser para as travestis e trans como algo de domínio público, aumentando as experiências e expressões de violências sofridas, no ambiente, doméstico, escolar e na comunidade, por exemplo.

A decorrência do abandono escolar, aliadas à falta/baixo suporte familiar e preconceitos vivenciados continuam a ser experienciados durante a juventude e vida adulta. A inserção no mercado de trabalho é precária, restando poucos espaços laborais para estas pessoas, vindas na maioria das vezes de regiões periféricas e de baixa renda. Quando essas jovens conseguem entrar no campo de trabalho, são impostas ao seguinte dilema: suas roupas não condizem com o seu corpo público ou o seu corpo está em transição e por isso não vai conseguir ficar no emprego, em ambos os exemplos a pessoa acaba ficando desempregada, o que também leva a outro problema: como forma de sobrevivência estas recorrem à prática da prostituição.

A prática da violência em decorrência na falta de acesso aos serviços de saúde pelas travestis e mulheres trans também foi evidenciada nas reportagens observadas. Os tratamentos hormonais sem acompanhamento médico, como aplicação de silicone industrial pelas “bombadeiras”, acarretaram problemas de saúde. Em três reportagens encontradas o problema era evidente. Em uma delas a travesti realiza o procedimento em troca de serviços sexuais e exploração sexual. Em outras a aplicação foi mal sucedida gerando internação, perda de parte do membro e morte das mesmas.

É importante destacar que o sonho de ter o corpo perfeito ou que se encaixe nos padrões femininos não é relacionado a prostituição, a mulher trans, a travesti e a mulher cis, todas podem ter em mesmas condições de interesse o sonho de mudar o seu corpo, a diferença está nas condições de acesso a saúde, acesso a trabalho para arcar com os gastos e o apoio familiar. Por isso as reportagens e notícias em geral abordam mais vítimas de

procedimentos estéticos por silicone industrial entre mulheres trans e travestis do que em mulheres cis.

Existe ainda um abismo entre a travesti e a transexual, enquanto a travesti é mais associada a prostituição, a transexual já encontra mais espaço no meio social, inclusive podendo sonhar com outras possibilidades, nas reportagens é trazido vítimas que era atendentes de telemarketing, maquiadora, cabelereira e a que sonhava com a faculdade.

Ainda analisando as reportagens, os motivos dos assassinatos são diversos, mas com predominância da relação com a prostituição. Há casos em que o namorado mata a trans, percebemos aqui um assassinato que poderia ser enquadrado como feminicídio e que ocorre mais com a trans porque a travesti é mais associada a prostituição, sendo o agente do delito um desconhecido. Quando contabilizado os assassinatos que ocorreram com as travestis temos como principais motivos: por rejeição, o homem ter tentado pagar 17 reais pelo programa e ela recusado, o homem não ter dinheiro e por isso matar ao final, alegam que foram roubados, simplesmente desejaram matar no local de trabalho ou até mesmo rivalidade entre as travestis nos pontos de prostituição.

Então poderia se categorizar a violência em uma sem justificativa e outra em violência reage, que é justamente quando os clientes optam por procurar uma prostituta. No entanto, na hora do pagamento não querem pagar nada, não querem pagar o que foi combinado, querem dar qualquer valor ou as matam sob a alegação que achavam que elas iriam rouba-los, ou ainda pior, as matam quando rejeitados ou quando descobrem que são travestis quando imaginavam serem mulheres cis.

Sabe-se que o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo, pessoas que se identificam com um gênero diferente do que lhes foi atribuído ao nascer, segundo a Ong europeia, Transgender Europe – TGEU (2021). Nas 53 reportagens analisadas 41 apresentam vítimas fatais, ou seja, que morreram e estão tendo o desfecho do assassinato

acompanhado pela mídia. A vítima na maioria das vezes era desrespeitada quanto ao gênero, uso de pronomes de tratamento, profissão, sexualização do corpo. Ao passo que o autor do assassinato era apresentado a partir de valores morais positivos, tais como: “humanizado”, “pai de família e corretor”, “trabalhador”, “casado e com filhos”. A causa da morte também deve ser destacada, sempre com requintes de crueldade. Estas foram mortas a pedradas, facadas, tiveram seus órgãos arrancados e/ou expostos, tiveram os corpos carbonizados, etc.

A alta incidência de reportagens envolvendo travestis e pessoas trans, em sua maioria com desfechos fatais, demonstra a vulnerabilidade pela qual esses grupos atravessam, demarcadas por lógicas de discriminação, exclusão e violência de gênero. Tais atos fazem com que, infelizmente grande parte das vítimas transexuais e travestis não tenham sua morte registrada. A desconfiguração do corpo e a demora em encontrá-lo resultando em alto estado de decomposição ou carbonizados, faz com que estes, ao chegarem nos serviços do Instituto Médico Legal – IML sejam tratados pelo serviço segundo a condição biológica e não por sua identidade de gênero, dificultando ainda mais os registros policiais de violência de gênero voltados especificamente ao público trans e travestis.

Quando os agentes não são presos em flagrante, ou soltos logo em seguida na delegacia, na maioria dos crimes envolvendo pessoas trans e travestis não há conclusão das investigações. Isso se dá por lacunas do Estado no poder punitivo, no desinteresse em grupos marginalizados e muitas vezes por ausência de uma família que cobre respostas. Inclusive, em uma das reportagens, um familiar questiona por quê até aquele momento da reportagem, quase um mês depois do crime, o inquérito ainda não chegou no fórum, por exemplo.

Outro ponto importante, é que nas reportagens não foi identificado nenhum caso que envolvesse um homem trans, não havendo nessa pesquisa uma hipótese que responda tal questionamento. Poderia ser o enfoque maior em mulheres, na prostituição, ou simplesmente porque quando os crimes envolvem homens trans não são categorizados corretamente de acordo com o gênero e tipificação do crime, homofobia ou transfobia, e por isso não é encontrado nas reportagens.

Apesar dos programas Cidade Alerta, da Record e Brasil Urgente da rede Bandeirantes terem abrangência e consumo em nível nacional, a maior parte das reportagens apresentadas são focadas em notícias de crimes praticados principalmente na cidade de São Paulo, mas, apresentadas de modo generalista e não endêmico, pode causar no telespectador a sensação de que o Brasil é um país extremamente violento, devido às notícias de caráter sensacionalista. Grande parte das reportagens analisadas durante o período pesquisado focam em crimes com investigações em aberto, dos quais a maioria caminha para casos ainda sem resposta.

Pelo fato de o fenômeno investigado ter sido realizado junto a programas televisivos especializados em reportagens policiais, era de se esperar que algumas classes se debruçassem sobre as investigações policiais em curso. Um ponto interessante para análise é que as reportagens são narradas em primeira pessoa, dando ao telespectador a visão e a significação da violência pelo repórter, bem como do âncora apresentador do jornal.

Tais representações são objetivadas na imagem da vítima, com gênero indefinido. Os repórteres por ora se questionam se a vítima se tratava de um homem, uma mulher ou uma travesti. Por vezes, para não entrarem em conflito nomeiam apenas de vítima, ou uma pessoa, de modo mais indefinido. E ainda, muitas vezes se afastam da postura

profissionais e fazem comentários sexistas sobre corpos, na maioria de pessoas falecidas, o que pode ser associado ao desrespeito ao grupo trans e travesti.

Segundo Teixeira (2003), há um interesse do campo político e jornalístico para a dramatização da violência, iniciada sobretudo nos anos 1980. Os resultados aqui apresentados coadunam com as ideias do autor supracitado, quando este afirma que os programas policiais centram suas reportagens em uma violência essencialmente urbana e vinculada diretamente à delinquência das classes mais baixas. Não é à toa que os principais termos elencados nas classes 2 e 3 estão centrados na descrição das zonas periféricas e marginais da capital paulista, ou das regiões centrais das cidades que ao longo das décadas foram abandonadas pelo poder público.

Toda essa exploração das cenas de violência e em especial a violência contra a população trans e travesti só vem a reforçar a associação entre pobreza e violência e a associação perversa entre grupos socialmente marginalizados e a violência, mesmo que como vítimas. Salientamos também que tais imagens e descrições dos crimes são confusos, com o argumento central de que os crimes ainda estão em investigação e que por isso, ainda são incertos, mas que, ao mesmo tempo, cumprem a função de disseminar imagens e representações confusas acerca de crimes ordinários da violência de gênero, das violências policiais e domésticas, por exemplo, conforme relatados nas classes presentes no Eixo II.

Cumpramos ressaltar que os crimes muitas vezes são enquadrados como “homicídio por motivo torpe” que é uma modalidade qualificada pelo Código Penal quando o crime é considerado imoral, repudiável e desprezível, mas essa qualificadora muitas vezes ignora as características das vítimas. Muitas vezes a vítima é assassinada por sua opção sexual ou por gênero, quando por gênero deveria ser aplicada a qualificadora de ser morta em razão de “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” em relação as

travestis e mulheres trans, e homofobia e transfobia quando o crime ocorre em razão da orientação sexual, ressaltando-se que hoje a homofobia e transfobia é equiparado a racismo e por isso é inafiançável e imprescritível o que agrava a situação do agente. O crime é inafiançável quando o agente não pode ser liberado mediante o pagamento de fiança e imprescritível no sentido que não prescreve, que o tempo não encerra a busca por justiça.

10. Considerações Finais

Como explicado, inicialmente a pesquisa iria abordar somente a comunidade trans, mas já no início da pesquisa foi verificado que não havia uma distinção nas reportagens que tornasse possível separar quais se referiam a pessoas trans e quais se referiam a travestis, sendo inclusive confundido com “homossexuais que se vestem de forma feminina”. Isso se dá por uma desinformação da sociedade em geral, inclusive do próprio grupo e de seus familiares.

Os resultados encontrados lançam luz sobre uma relação ainda pouco explorada, as representações e significados difundidos pelos programas televisivos a respeito da violência contra população trans e travesti. No que tange à discussão de gênero, a maior parte dos estudos encontrados na literatura nacional dão ênfase às mulheres cisgênero, o que pode ser interligado ao fato de que apesar de se falar mais em identidade de gênero a quantidade de crimes não diminuiu. Poucos são os estudos de gênero que se debruçam sobre as travestis e transgênero. Mais invisível ainda são os estudos que abarquem a complexidade do fenômeno da violência e população trans e travestis, demonstrando sua invisibilidade e exclusão social, por isso a importância dessa pesquisa.

Procurar observar o fenômeno da violência para com este público a partir de outros olhares e vozes sociais, como os veículos de comunicação, sobretudo os televisivos e os disponíveis na internet a todos os públicos de modo atemporal constitui outra possibilidade de se entender e discutir a questão de maneira mais atualizada e dinâmica. Salienta-se ainda que, devido ao caráter histórico e narrativo dos fatos sociais, os meios de comunicação, representados aqui pelos programas de TV corresponderiam a um observador dos diversos fenômenos sociais, os quais realizam os registros dos fatos e após, realiza uma narrativa de modo mais próximo da realidade. Uma realidade marcada pelas percepções de repórteres, policiais e famílias das vítimas.

Nas reportagens a partir das falas dos apresentadores, repórteres, policiais, pessoas, familiares e pelas vítimas sobreviventes se identifica todas as violências identificadas no aporte teórico. Nas falas presentes nas reportagens encontramos o não reconhecimento do nome feminino, o desrespeito com o nome e com o pronome de tratamento que tem vinculação com o gênero, a confusão entre identidade de gênero e sexualidade, o preconceito ainda mais profundo quando na diferenciação entre trans e travesti, o déficit das investigações em razão do grupo vitimizado, o fato de mesmo quando vítimas os agressores por serem pessoas que “se enquadram” no padrão heteronormativo são humanizados e de certa forma defendidos, que os crimes são na maioria das vezes não solucionados e a falta de preparo médico para cuidar desses grupos.

Ao final do estudo verificou-se que o envolvimento das pessoas trans e travestis coma violência se daria, segundo os meios de comunicação investigados, majoritariamente como vítimas, com seu desfecho resultando, infelizmente nas mortes das mesmas. Raríssimas foram as reportagens durante o processo de coleta e análise dos dados em que a figura da pessoa trans e travestis foi apontada como praticante de algum tipo de violência, e mesmo assim, quando surgiu foi o que se considera de violência reativa, pois o abuso da força para coagir alguém se deu como forma de defesa frente a outra modalidade de violência desferida anteriormente.

Um exemplo recorrente dessa violência reagente é justamente quando os clientes optam por procurar uma prostituta, mas na hora do pagamento não querem pagar nada, não querem pagar o que foi combinado, querem dar qualquer valor ou as matam sob a alegação que achavam que elas iriam rouba-los, ou ainda pior, as matam quando rejeitados ou quando descobrem que são travestis quando imaginavam serem mulheres cis.

A representação da relação de violência encontrada aqui é marcada por uma dupla visão complementar. De um lado tem-se a discussão a partir da descrição do delito, ou do crime, como se queira chamar. As imagens apresentadas são de espaços policiais como delegacia, IML e regiões periféricas ou marginalizadas, ancoradas em associações já cristalizadas e estabelecidas de pobreza e violência. De outro lado, observa-se a discussão em torno da morte e biografia da vítima a partir de relatos de familiares e amigos, em que não havia envolvimento prévio da vítima com outros crimes, apresentando ao leitor que o motivo da transfobia se deu por uma questão tipicamente de assimetrias de gênero.

Essa dupla visão complementar leva ainda a reflexão que os crimes não são tipificados corretamente e assim os agentes são penalizados de forma mais branda, como quando por exemplo deveria ser tipificado como transfobia ou feminicídio e acaba sendo tipificado como homicídio, mesmo que por motivo fútil, o que gera uma punição mais branda para o agente do delito. A outra reflexão é justamente a percepção que o agressor/assassino é protegido socialmente, humanizado como alguém que não faria aquilo, que foram as circunstâncias, agregando a culpa a vítima ou as circunstâncias.

Tais significações da violência constituem marcações identitárias que denunciam a fragilidade, vulnerabilidade e risco pela qual atravessam os dois públicos evidenciados aqui em tela. Tais problemáticas devem ser discutidas como formas de intervenção no campo da saúde pública, no campo jurídico e policial, sendo visualizado maus tratos e explorações, como formas de violência geradas pelas assimetrias de gênero, nomeadas pela transfobia.

A despeito da conclusão, pode-se afirmar que os achados deste estudo orientam que as intervenções para a redução dos altos índices de violência e assassinatos de travestis e de pessoas trans são urgentes e denotam visibilidade, devendo envolvê-las ativamente no desenvolvimento de leis e políticas públicas que garantam suas existências

e vivências de gênero. Tais demandas extrapolam especificamente as políticas de combate à violência, de saúde e de assistência social, exigindo um esforço de gestão intersetorial para ofertas coordenadas e articuladas de serviços e ações por vários setores da sociedade.

Ainda, ressalta-se que o problema vai muito além da criação de leis, afinal de contas já existe o conceito de feminicídio e transfobia e mesmo assim os mesmos não são aplicados, havendo a configuração na maioria dos casos de um simples homicídio e até a liberação do assassino desde a delegacia.

O problema é que ao ser identificado que a violência tem origem social, com as representações sociais da sociedade em geral sobre esses indivíduos, a solução passa a requerer uma tratativa desde a origem também, com a necessidade de educação sobre gênero e sexualidade já nas escolas, não só para os alunos, mas também para os profissionais de ensino, seguindo os parâmetros de respeito ao próximo.

Seguindo essa linha de raciocínio, a partir do momento que o indivíduo não precisa abandonar a escola para ser respeitado vai ter melhores condições de conseguir um emprego, e isso pode ser estimulado através de cursos profissionalizantes voltados a esses grupos e cotas em universidades, o que já começou a ser implantado, entre outros. Além disso, é necessária intervenção do Estado tanto em relação as investigações policiais e maior atenção as vulnerabilidades desses grupos, como em relação a capacitação dos hospitais e de todo grupo de profissionais nele inseridos para melhor acolhimento do grupo trans e travesti, para que não tenham que recorrer a tratamentos por conta própria e assim colocar em risco suas vidas.

A presente pesquisa não esgota nem soluciona o problema, pois é delimitado a dois programas de reportagens policiais no período de cinco anos, programas que são mais voltados a regiões metropolitanas, não abarcando assim regiões interioranas e todos os crimes que não tiveram a atenção da mídia. Além disso, vão existir ainda os crimes

não denunciados a polícia e os não enquadrados pelo gênero, o que delimita os resultados da pesquisa, sendo possível apenas realizar a análise e discussão acerca do material coletado.

Já houve grandes avanços quanto a proteção desse grupo marginalizado, de pessoas trans e travestis, mas há ainda a necessidade e urgência de mais efetividade na aplicação da lei, na fiscalização, na atuação policial e do próprio Estado, quanto a garantia de direitos e proteções previstas também na Constituição Federal: Saúde, educação, trabalho, proteção a família, entre outros. Enquanto não houver acesso a todos esses e outros direitos previstos constitucionalmente, diversos outros direitos estarão sendo violados e pessoas violentadas, além de esquecidas e colocadas a margem da sociedade.

Dessa forma, com esse trabalho se busca analisar as representações sociais de violência em relação a comunidade trans e travesti buscando assim estimular outros estudos na área, bem como dar visibilidade as vulnerabilidades a fim de buscar a garantia de mais direitos, na busca de uma vida digna e com acesso a todos os direitos constitucionais a essa população.

11. Referências

- Associação Nacional De Travestis E Transexuais Do Brasil – ANTRA. (2020). ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANS VOLTAM A SUBIR EM 2020. Disponível em <https://antrabrasil.org/category/violencia/>
- Associação Nacional De Travestis E Transexuais Do Brasil – ANTRA (2021). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Benevides, B.G. & Nogueira, S.N.B. (2019). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais.
- Brasil, Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em: 18 de julho de 2020.
- Camargo, B.V., & Justo, A.M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.
- Camargo, B.V. & Justo, A.M. (2017). *Tutorial para uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – UFSC.
- Cannone, L. (2019). Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 39(n.spe 3), 21-34.
- Coacci, T. (2002). A queima dos laudos: controvérsias e reconfigurações dos saberes e direitos trans na ADI 4275. *Direito e Praxis*, 11 (2), 1188-1210.
- Cortês, A.M. (2019). Discriminação judicial por identidade de gênero: um diagnóstico. *Direito e Praxis*, 10 (1), 101-128.

- Couto, W.G.S. (2002). *Imagens da adolescência feminina na revista Capricho*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.
- Cunha, M.J., & Pinto, P.C. (2017). Representações mediáticas da deficiência: um estudo longitudinal na imprensa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (85), 131-147.
- Ferraz, D.M., Tomazi, M.M., & Sessa, A. (2019). As mortes de Matheusa em uma notícia do Estadão: estudos interseccionais sobre preconceito, discriminação e violência física em relação à diversidade de gêneros. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 19 (4), 927-958.
- Ferreira, D.A. (2019). A arte como arma em território hostil: Enfrentamentos nas produções de Lyz Parayzo. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, (39), 1-13.
- Foucault, M. (1985). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Garcia, A.M., & D'Angelo, L.B. (2019). Corpos trans* na medida socioeducativa de internação: desestabilizando práticas e produzindo novidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (n.spe 3), 242-256.
- Garota de programa travesti é encontrada morta em São Paulo, Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 18 de out. de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bmjEMNjN84c>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.
- Guareschi, P. A., & Lazzarotto, G.R. (2001). *Comunicação e controle social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gil, A.C. (2002). *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Homem é preso suspeito de matar acompanhante em motel no ABC Paulista. Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 26 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hxV2PmIIoO0> Acesso em: 20 de jan. de 2021.

- IBOPE (2021). Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 29/03 a 04/04/2021. <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-29-03-a-04-04-2021/>
- Janini, J.P., Santos, R.S., Santos, L.F.M., & Souza, V.M. (2019). A construção epistemológica da transexualidade: a ciência, enfermagem e o senso comum. *Escola Anna Nery*, 23(3), e20180345.
- Jodelet, D. (2001). *Representações sociais: Um domínio em expansão*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Jovem é morta após sair para encontro, Programa Brasil Urgente – Band, São Paulo, 28 de dez. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LEL6fSD5go0> Acesso em: 20 de jan. de 2021.
- Junqueira, R.D. (2009). Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: Junqueira. *Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. (pp.367-444). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- LGBTIfobia no Brasil: barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/s3.allout.org/images/LGBTIfobia_no_Brasil_-_All_Out_e_Instituto_Matizes.pdf. Acessado em 20 de abril de 2021.
- Lima, R.R.T., Flor, T.B.M., Araújo, P.H., & Noro, L.R.A. (2020) Análise bibliométrica de teses e dissertações brasileiras sobre travestilidade, transexualidade e saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(3), e00301131.

- Mendes, L.G., Jorge, A.O., & Pilecco, F.B. (2019). Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). *Saúde Debate*. 43 (8), 107-119.
- Minayo, M.C.S. (2002). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes.
- Modelo é vítima de transfobia e sofre agressões no interior de SP, Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 08 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7rXIV569Olo> Acesso em: 20 de jan. de 2021.
- O mistério de Luara: foto de jovem desaparecida some de aplicativo, Cidade Alerta – Record, São Paulo, 20 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7yJdcMaJOb8> Acesso em: 20 de jan. de 2021.
- Pamplona, R.S., & Dinis, N.F. (2014). “Encontrando Bianca”: discursos sobre o corpo-travesti. *Pro Posições*, 25(2), 217-236.
- Pinto, T.P. et al. (2017). Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 33(7), e00113316.
- Polícia investiga morte misteriosa de travesti, Cidade Alerta – Record, São Paulo, 04 de jun. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fiVXuQp0SC0> Acesso em: 20 de jan. de 2021.
- Santos, M. F. S. S. & Almeida, L. M. (2005). *Dialógos com a Teoria da Representação Social*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Saraiva, E.R.A., & Coutinho, M. P. L. (2012). Meios de comunicação impressos, representações sociais e violência contra idosos. *Psicologia em Estudo*, 17 (2), 205-114.

- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. 20 (2). 71-99.
- Silva, D.C.P. (2019). (Meta)pragmática da violência linguística: patologização das vidas trans em comentários online. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 58 (2), 956-985.
- Silva, F.C., Souza, E.M.F., & Bezerra, M.A. (2019). (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, 27 (2), e54397.
- Teixeira, A.N. (2003). O espetáculo da violência televisiva: estudo de caso do programa Linha Direta da Rede Globo de Televisão. Página inicial. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt25-12/4323-ateixeira-o-espetaculo/file>. Acessado em 25 de mar. de 2021
- Transexual é agredida e tem braço amputado em São Paulo. Programa Brasil Urgente – Band, São Paulo, 20 de jan. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9g9bZp0muU0> Acesso em: 20 de jan. de 2021.
- Transexual é morta a pedradas. Programa Brasil Urgente – Band, São Paulo, 06 de mar. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e7PX8EvGwA4> Acesso em: 20 de jan. de 2021.
- Transgender Europe – TGEU (2021). Under the radar Documenting violence against trans people. Página inicial. Disponível em: <https://tgeu.org/under-the-radar/> Acessado em 20 de abril de 2021.
- Travesti mata PM em briga por causa de pagamento do programa. Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 16 de mar. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BwJKgON8IWQ> Acesso em: 20 de jan. de 2021.
- Travesti sofre agressão e é baleada ao tentar fugir, Programa Cidade Alerta – Record, São Paulo, 08 de abril de 2016. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FykVbHSWomU> Acesso em: 20 de jan. de 2021.

Vitalia, M.M., Castro, A., Caravaca-Morena, J., & Soratto, J. (2019). “Homem é homem e mulher é mulher, o resto, sem-vergonhice”: representações sociais da transexualidade sobre comentários da internet. *Saúde Soc.* São Paulo, 28(4), 243-254.